

A crise portuguesa de 1890-1891 vista de França

Os acontecimentos portugueses de finais do século passado não parecem interessar muito os Franceses. Não têm praticamente relevo na historiografia diplomática e colonial. O único facto regularmente mencionado é o acordo anglo-alemão de 1898 sobre as colónias portuguesas. A crise nacional devida ao ultimato de 11 de Janeiro de 1890 permanece desconhecida, ao passo que a crise espanhola de 1898 é largamente evocada. Contudo, na época as relações franco-portuguesas tinham, em todos os aspectos, uma certa importância. Julgamos tê-lo mostrado há alguns anos atrás. Os historiadores não deixaram de assinalar movimentos de ideias que, mesmo em França, punham em causa Portugal. Referimo-nos ao pensamento latino, de que particularmente se ocuparam Pierre Rivas e José da Silva Terra.

Vale a pena verificar não só como é que reagiu a França em 1890-1891, mas também como entendeu e comentou a crise. Tal tentativa não pode ser, evidentemente, encarada de modo verdadeiramente completo no âmbito de uma comunicação breve. Isto obrigaria, por exemplo, a uma análise sistemática da imprensa. Pensámos, no entanto, podermos produzir considerações dignas de interesse ao analisarmos os arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros. A documentação relativa a Portugal é muito rica. Ela fornece muita informação, e não unicamente sobre as relações entre Estados. As referências à política interna (governo, políticos, partidos, movimentos de opinião) são muito frequentes. Não nos contentámos, porém, com esta fonte e quisemos acrescentar a correspondência com Londres, Madrid e Berlim. Vimos aqui um meio de adquirirmos, de maneira talvez demasiado simplista, uma percepção mais internacional dos acontecimentos. Uma consideração indispensável: o que aconteceu em Portugal não dependeu apenas da atitude do poder monárquico. O comportamento das grandes potências revelava uma importância considerável. Basílio Teles recordou-o perfeitamente em *O Ultimatum*, dedicando uma vintena de páginas ao risco de intervenção estrangeira em caso de sucesso do movimento republicano.

* Universidade de Clermont-Ferrand.

Uma vez admitido o papel desempenhado pelo quadro internacional, impõe-se uma observação: a atenção dedicada aos assuntos portugueses será tanto menor quanto, ao mesmo tempo, se irão produzir outros factos considerados mais importantes. Teremos a oportunidade de presenciarmos isso a propósito de África. Mas é importante sublinhar desde já uma coincidência desfavorável para Portugal. Em 1890-1891 dois grandes acontecimentos de política interna impressionaram a Europa: em Março de 1890, a demissão de Bismarck, no término de um difícil relacionamento com o novo imperador Guilherme II; em Março de 1891, a saída de Crispi, primeiro-ministro italiano, personagem importante na vida política europeia. Neste último caso, a coincidência é quase perfeita, pois a queda de Crispi foi muito pouco depois do 31 de Janeiro e é ela que, com primazia, vai ocupar a imprensa.

O primeiro aspecto da questão que vamos examinar é o das relações anglo-portuguesas. Certamente não pretendemos fazer uma descrição dessas relações, o que seria fastidioso e, aliás, inútil. Já se escreveu bastante sobre este assunto (Luís Vieira de Castro, Marcelo Caetano, Warhurst, que utilizou os arquivos ingleses). O que despertará a nossa atenção é o problema do isolamento português. Foi de certo modo afirmado no manifesto do Partido Republicano, datado de 11 de Janeiro de 1891 (p. 3 do original): «O ultimato é uma desonra para a diplomacia europeia, que abandonou um pequeno país ao arbítrio de uma potência mercantil.» Convém examinar exactamente o facto e tentar compreendê-lo.

O risco de uma grave tensão entre a Inglaterra e Portugal pareceu ter aumentado subitamente no início de Novembro de 1889. Numa entrevista ao ministro francês, Billot, Barros Gomes deu-lhe «confidencialmente [...]» face às boas relações com a França» informações a respeito dos sucessos que acabavam de conseguir três expedições portuguesas. O tom era triunfalista: desta vez Portugal não falou unicamente, agiu. Mas Barros Gomes não esconde que previa dificuldades (correspondência de 2 de Novembro). Evidentemente, as dificuldades apareceram, e a 21 de Dezembro Billot considerava que o conflito tomou um carácter agudo desde a publicação a 14, pelo *Times*, dos incidentes provocados a sul do lago Niassa pela coluna de Serpa Pinto.

Billot constatou, a julgar pela imprensa de diferentes países, que a opinião europeia era claramente favorável a Portugal. Mas as coisas continuavam a agravar-se. A 6 de Janeiro Billot era da opinião de que Portugal teria dificuldades em resistir. Nada de surpreendente, portanto, que o governo português tivesse desejado um apoio externo, apesar do que dizia o manifesto republicano referido mais adiante (p. 4), segundo o qual o governo progressista teria recuado, abandonando o poder, sem apelo nem agravo, às grandes potências. A 7 de Janeiro Barros Gomes solicitou ao seu representante em Paris que apelasse à França. Um telegrama de Billot de 8 precisava: o governo português apelou à amizade da França para que o seu embaixador em Londres aconselhasse prudência e moderação a fim de evitar qualquer acção precipitada. No dia seguinte era o embaixador de Portugal em Paris que perguntava por carta, «tal como o fez

de viva voz, no caso de os Ingleses rejeitarem o ponto de vista português, até que ponto iriam os bons ofícios do governo francês, sozinho ou em conjunto com outras potências». Em vésperas do ultimato a questão estava definitivamente colocada.

Qual foi, portanto, a resposta? A reacção imediata do ministro francês dos Negócios Estrangeiros foi a de se inteirar da atitude das outras potências. Billot recebeu uma resposta escrita (correspondência de 13 de Janeiro) de Barros Gomes: «Dirigi-me ao vosso Governo, à Espanha, à Áustria, à Itália e uma primeira vez (em Dezembro) aos Estados Unidos.» Algumas destas potências telegrafaram ao respectivo embaixador em Londres para oferecerem, «na medida do possível, os seus bons ofícios». Billot informou-se junto dos seus colegas italianos, russos e espanhóis. Foi-lhe confirmado que houvera uma diligência, mas nada sabiam da sua natureza. Conclusão do ministro francês: tudo isto é retrospectivo! Os dias que se seguem às informações obtidas em Paris e em Lisboa revelam que houve uma certa agitação nas chancelarias, mas que nenhuma diligência séria e conjunta fora efectuada.

A atenção prestada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros para o elucidamento desta questão mostra bem qual a política francesa: não se comprometer isoladamente, mas prosseguir se, entretanto, outros se decidirem a agir. Isto é dito expressamente num telegrama de Billot, datado de 12 de Janeiro: «Não podemos adoptar uma atitude particular, intervindo a favor da monarquia, mas a nossa amizade com Portugal obriga-nos a não nos abstermos se outros actuarem.»

A 26 de Janeiro uma carta de Billot anunciava que o novo ministro Hintze Ribeiro pedira unicamente apoio logo que um compromisso com a Inglaterra estivesse à vista. O ministro francês comenta à margem, a lápis, «não devemos oferecer nada, nem mesmo dar parecer». Este comportamento é também o da Espanha. A correspondência do embaixador francês em Madrid, Paul Cambon (que se tornará o diplomata francês mais célebre da época), refere frequentemente Portugal, mas muito pouco o conflito anglo-português. O primeiro despacho que faz alusão ao facto é de 27 de Dezembro e contenta-se em assinalar que a imprensa é muito favorável a Portugal. É necessário aguardar até 7 de Fevereiro de 1890 para que a questão seja levantada de novo. Sabe-se, assim, que no decorrer de um debate que teve lugar no gabinete o ministro dos Negócios Estrangeiros explicou a sua política portuguesa: «As relações entre os dois países não estão fáceis. Não podemos fazer papéis quichotescos! As outras nações estão de sobreaviso. A Espanha não se deve envolver nestes assuntos; ela deve continuar livre no caso de um conflito europeu. Nós somos neutros e temos um bom relacionamento com todos.»

Relativamente à Alemanha, o seu papel poderia ter sido, se não decisivo, pelo menos importante, considerando o seu poderio económico e militar. É suposto o jovem rei português ter simpatias por esta nação. Basílio Teles sublinhou, no início de *O Ultimatum*, a propensão pela Alemanha, que se manifestara no início de 1890. Fala da preferência surpreendente por um povo

«com o qual não temos nada em comum». Na verdade, a política africana poderia ter sido uma oportunidade de aproximação entre os dois países, que se opunham em muitos pontos à Inglaterra.

Efectivamente, as notícias provenientes de Berlim nos começos de Dezembro de 1889 parecem animadoras para Portugal. O embaixador Herbertte telegrafa a 9 comunicando que, «segundo uma informação confidencial que obtive de uma fonte alemã, a chancelaria imperial é favorável a Portugal nas suas reivindicações territoriais em África contra a Inglaterra. A *Gazette de l'Allemagne du Nord* recebeu directivas para apoiar estas reivindicações.» Alguns dias mais tarde Herbertte envia uma carta (datada de 13) cujo tema é «Aproximação de Portugal com a Alemanha. Preocupação do embaixador de Espanha». A *Gazette de l'Allemagne du Nord* publicou, após uma tradução ultra-rápida, a nota de Barros Gomes entregue a 6 a Salisbury. O embaixador português afirmou que fora ele que comunicara o texto e que tinha motivos para contar com a boa vontade alemã. Segundo ele, o embaixador espanhol viera inteirar-se junto de Herbertte, pois receava um «acordo íntimo» entre D. Carlos e Guilherme II. D. Carlos punha sérias reservas à França republicana, que ameaçaria a monarquia, e iria mesmo ao ponto de ceder territórios coloniais aos alemães. Herbertte respondeu-lhe, com sangue-frio, que nenhum governo português poderia abandonar uma parte do seu património nacional sem correr grande perigo. E, continuando, afirmou que «a França nada tem a ver com a agitação republicana e é normal que a Alemanha prefira ter como vizinho em África Portugal e não a Inglaterra».

Infelizmente para Portugal, esta percepção da política alemã não era senão uma ilusão. Em 31 de Dezembro Herbertte esclarecia as coisas. A *Gazette de l'Allemagne du Nord* acabava de publicar, no espaço reservado às notas officiosas, uma notícia que desfazia equívocos: «A imprensa estrangeira engana-se quanto à atitude da Alemanha. Para qualquer pessoa esclarecida não deveriam existir dúvidas de que a Alemanha não tomará parte, de modo algum, num conflito entre dois países seus amigos.» O ministro de Portugal confirmou: «A Alemanha recusou categoricamente o papel de árbitro. Ela não quer descontentar nenhuma das duas potências.» No entanto, ele deixa entender que não lamenta as disposições da Alemanha.

O momento do ultimato chegava e nada havia a esperar. Permitimo-nos referir um curioso acontecimento. Dois dias antes da data fatídica Herbertte anunciou que o rei D. Carlos desejava assistir em Berlim ao funeral da imperatriz Augusta. Foi dissuadido disso, pois teria chegado demasiado tarde. Foi certamente preferível para ele! Quanto à atitude alemã, não se alterou com a crise. O embaixador de França esclarece os acontecimentos a 17 de Janeiro: «O conjunto da imprensa é favorável a Portugal [...] com excepção da imprensa officiosa, que se limita a expor os acontecimentos.» O ministro alemão dos Negócios Estrangeiros preveniu imediatamente o representante português: «Estamos convosco de todo o coração, mas não nos peçam nada que nos possa comprometer com a Inglaterra [...] prestar conselhos moderadores é tomar partido e torna-nos inimigos daqueles a quem nos dirigimos.»

Alguns dias mais tarde, a 21, a pedido de Paris, Herbette, após inquirido, garantia que não tinha havido nenhuma diligência de qualquer governo. Vale a pena ver o que se dizia a esse respeito na capital inglesa.

O embaixador da França, Waddington, um antigo presidente do Conselho, era uma personalidade de grande classe, muito bem conceituado na corte. A 13 de Fevereiro de 1890 teve uma longa entrevista com Salisbury a propósito de Portugal. Este confirmou-lhe que não fora efectuada nenhuma diligência, nomeadamente da parte da Rússia e da Áustria, postas em causa. Waddington foi ainda mais longe: «Houve análises amigáveis?» A resposta foi: «Houve troca de correspondência entre cabeças coroadas, pois os Bragança estão ligados a muitas casas reinantes; a própria Rainha ficou muito afectada com a atitude que o seu governo teve de adoptar, porque o Rei de Portugal é seu parente. Mas inclinou-se perante a razão de estado.» Waddington então observou que, se a opinião inglesa era no fundo unânime, alguns criticavam a forma e o tom utilizados por Salisbury. Granville fê-lo aos lordes, Gladstone às câmaras e o próprio Salisbury mostrava alguns remorsos. Ainda o próprio Waddington observou: «Soube por um membro da sua família que ele próprio tem consciência de ter ultrapassado os limites na redacção do seu ultimato. Invoca, para se desculpar, o seu estado de saúde. Estava de cama com febre e ditou o texto à sua filha.»

Como se vê, as potências europeias comoveram-se com o ultimato (os soberanos ficaram particularmente chocados); porém, nenhuma quis tomar a iniciativa de uma verdadeira acção diplomática. Um despacho de Billot de 23 de Janeiro, fazendo o balanço de tudo de que teve conhecimento, confirma em absoluto esta conclusão. Os diplomatas pensavam que Portugal fora muito imprudente em se opor tão francamente à Inglaterra, e a convicção era, sem dúvida, a de que a dolorosa crise não duraria muito. Um acordo seria concluído, um compromisso aceitável para Portugal, pois a Inglaterra não ousaria maltratar em demasia o seu velho aliado. Salisbury foi sempre considerado um espírito moderado na Europa.

Isso se adivinha pela maneira como se desenrolou a segunda fase dos acontecimentos, a que decorre do ultimato ao tratado de 20 de Agosto de 1890 e até mesmo à crise ministerial, que será a consequência disso. Nas correspondências diplomáticas as referências às negociações são pouco numerosas. As mais importantes datam do início do período. Isso deve-se à política portuguesa.

Uma carta do ministro de França (6 de Fevereiro) explicava que no primeiro dia do mês expôs verbalmente ao ministro dos Negócios Estrangeiros Spuller, num encontro decorrido em Biarritz, o ponto de vista do seu novo colega português, Hintze Ribeiro. Aliás, foi a expresso pedido deste que ele expôs muito claramente o seu plano; tratava-se de chegar a um compromisso amigável com a Inglaterra, com base nas reservas de Barros Gomes na sua resposta ao ultimato e apoiado numa arbitragem que poderia ser a de uma conferência internacional; em caso de recusa, Portugal invocaria o artigo 12.º do Tratado de Berlim de 1885, que previa, em certos casos, um apelo a uma mediação. Era nesse momento

que Portugal solicitaria uma intervenção das potências signatárias da acta de Berlim. Contava com o «concurso amigável» da França para a fazer aceitar. Revendo Hintze Ribeiro no seu regresso, garantiu-lhe simplesmente «a atenção simpática da França». Mas sublinhou que a aplicação do famoso artigo 12.º levantava bastantes dificuldades, aliás, o que Hintze Ribeiro pensava poder ultrapassar. O embaixador de Portugal em Londres (iria ocupar o seu novo posto em Paris) seria menos optimista alguns dias mais tarde (correspondência de 13 de Fevereiro). D'Antas pensava, relativamente ao sul do lago Niassa e à junção dos dois oceanos, que nada seria obtido. A negociação a dois terminaria mal e seria necessário aceitar um tratado desfavorável. O grande risco era o de desencadear um perigoso movimento nacional, e nesse momento seria necessário o papel das potências para fazer aceitar a solução adoptada, pois ela permitiria invocar os «conselhos da Europa».

O mês de Março veria uma actividade diplomática bastante séria a propósito de Portugal. Parece que a França foi efectivamente contactada prioritariamente. Uma nota do encarregado de negócios Azevedo (primeiros dias do mês) solicitava a Spuller o envio de instruções a Waddington para «que empregue os seus bons officios junto de Lord Salisbury a fim de que Portugal e a Inglaterra cheguem a um acordo, sem ser necessário recorrer às potências signatárias do artigo 12.º».

O processo estava iniciado. Spuller explicaria (telegrama de 6 de Março) que solicitou, «não sem hesitação», ao embaixador em Londres que se informasse sobre a oportunidade de tal diligência. De facto, Waddington tentaria sobretudo saber o que faziam os outros países. O embaixador de Espanha viria, por sua própria iniciativa, perguntar-lhe se era exacta a intervenção de várias potências em Londres, o que provava que a Espanha nada tinha feito. A correspondência de Madrid, de Paul Cambon, esclarecia a posição espanhola. O ministro dos Negócios Estrangeiros, pressionado por Lisboa para intervir, preocupou-se, no começo do mês, com o que faziam as outras potências. Considerando tudo o que conseguiu saber, constatou que a intervenção não era possível. Ele próprio declarou a Cambon (carta de 7 de Março): «Os Ingleses têm carta branca e actuam como se se tratasse de facto consumado.» Quanto à Alemanha, cujo comportamento era precioso, nada fez em Londres. Sabemos, no entanto, por um telegrama datado de 7 de Março do embaixador em Berlim, que fora solicitada ajuda nos últimos dias de Fevereiro. O ministro de Portugal pediu os seus «especiais bons officios». Mas o assunto, durante muito tempo, não foi mais abordado. Recordemos que Bismarck iria deixar o seu posto alguns dias mais tarde.

Com efeito, houve uma muito tímida intervenção da França. Por instruções de Spuller (3 de Março), Waddington preocupou-se com o estado das negociações num encontro com Salisbury. Este disse-lhe: «[...] não se fala mais em acordo amigável [...] nós estivemos sempre entre aqueles que teriam apreciado que se encontrasse essa via [...]» Pode dizer-se que a França pouco se comprometeu... ao exprimir o que todas as chancelarias pensavam. Aliás, nenhuma foi mais além. Fazendo o balanço do mês numa carta datada de 30, Waddington constatava que «a negociação começou, mas vai-se arrastar». Uma única embaixada se

interessa por Portugal, a da Rússia. Está mesmo disposta a uma diligência colectiva no caso de as várias potências chegarem a um acordo. O que não é visivelmente o caso. Waddington escreve a 8 de Abril: «Todas as potências, como nós, estão sob reserva.»

Caminhava-se, assim, para o acordo de 20 de Agosto, num ambiente de certa indiferença diplomática. As cartas de Waddington falam pouco de Portugal. Referem um debate importante que teve lugar na Câmara dos Lordes a 14 de Maio e um incidente bastante grave entre os dois países no rio Chiré (4 de Agosto). A 22 de Julho anuncia que se está perto do entendimento. A 9 de Agosto o acordo era concluído; seria assinado a 20. Nos dias que se seguiram a correspondência de Londres entra em imensos detalhes. Os diplomatas franceses acreditaram piamente que o conflito terminara. Em Berlim constatava-se o desinteresse total. Herbet falou de Portugal, ocasionalmente, com o embaixador inglês a 25 de Junho. O tratado passou totalmente despercebido. Foi necessário aguardar até 25 de Outubro para que uma diligência do ministro de Portugal se fizesse eco novamente do conflito. Finalmente, em Madrid, onde se esperava encontrar alguma agitação, o decorrer dos acontecimentos foi seguido sem grandes arrebatamentos. De 11 de Março a 24 de Setembro, Cambon nada escreveu sobre Portugal. Foi a crise que fez com que os espíritos despertassem. Aliás, mesmo em Lisboa, Bihourd (embaixador desde 17 de Maio), apesar dos inúmeros assuntos a tratar, não era muito loquaz a respeito das negociações. A 6 de Julho telegrafou afirmando que, tendo assistido de longe a um diálogo entre Hintze Ribeiro e o embaixador de Inglaterra, tivera a impressão de que as relações estavam bastante tensas.

Deveriam estar, incontestavelmente, após a publicação do tratado, com as reacções da opinião pública e com a demissão do governo. Certamente desta vez não houve ultimato inglês. Mas a ameaça de uma reacção brutal, isto é, militar, era de recear, pois em Inglaterra, incluindo os meios dirigentes, era pensamento corrente que, não tendo sido ratificado o tratado, o país poderia, de pleno direito, reaver a sua liberdade de acção. Receou-se muito ver os territórios contestados, invadidos e ocupados. A baía de Lourenço Marques estava mesmo ameaçada. Porém, nada de grave se iria produzir, a não ser a penetração no Zambeze de uma força naval inglesa.

É de salientar que Salisbury manteve o sangue-frio e deixou entender rapidamente que estava disposto a renegociar. Em fins de Outubro, em Londres, corriam rumores de um acordo provisório. A correspondência de Portugal explica o que se passou. O embaixador português em Paris remeteu, a 24 de Outubro, uma nota explicando a situação do relacionamento com a Inglaterra. O tratado era abandonado e iriam iniciar-se discussões. Até à sua conclusão o governo de Lisboa propunha um *modus vivendi*, onde eram formuladas as bases. Ele estava disposto a «consideráveis e dolorosos sacrifícios». Mas pedia garantias contra qualquer invasão de território pelo governo do Cabo. Destas garantias dependia a tranquilidade de Portugal e da Europa. Ora a França tinha interesses de toda a espécie no país. É, portanto, natural que o seu governo utilize os seus

bons ofícios para que a Inglaterra aceite as propostas portuguesas. Numa carta dirigida a Lisboa, datada de 4 de Novembro, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Ribot, transmitiu a sua resposta: a França não poderia tomar uma iniciativa particular, mas associar-se-ia de boa vontade aos outros países. Após se ter assegurado do acolhimento dado ao pedido português em Viena, em Sampetersburgo e em Roma (notar-se-á que Berlim fora riscada e que o pedido não foi referido), Ribot autorizou o embaixador em Londres a aproveitar um encontro com Salisbury para dizer que, sem se envolver nas negociações, a França ficaria feliz em saber que as disposições conciliadoras do governo de Sua Majestade «são de natureza a afastar a eventualidade de complicações internas em Portugal». O gabinete de Lisboa observaria que o governo francês manifestava uma boa vontade tão grande como «as cortes melhor colocadas para defenderem junto do Foreign Office a causa dos interesses da monarquia portuguesa». A minuta do telegrama enviado a Londres precisava a atitude francesa, que talvez se encontrasse um pouco embaraçada. O final do texto de Ribot foi riscado. Ele dizia: «Ser muito reservado [...] não tomemos nenhuma iniciativa privada [...] não devemos mostrar-nos mais diligentes do que as cortes de Viena, de Sampetersburgo ou de Roma [...] em Berlim está-se pouco disposto a defender os interesses da monarquia portuguesa.» Ribot ia ficar satisfeito. Uma nota interna do ministério informa-nos de que o ministro D'Antas veio agradecer-lhe a sua diligência em Londres... e exprimiu o desejo de uma notícia para apressar a situação (7 de Novembro). Mas tal tornara-se inútil, pois no dia seguinte vinha anunciar que o governo inglês tinha aceite o *status quo*. Efectivamente, um *modus vivendi*, estabilizando a situação por seis meses, ia ser assinado a 11.

A correspondência de Londres mostra bem que houve na capital britânica uma certa actividade diplomática em redor de Portugal. No dia 1 de Novembro o encarregado de negócios francês, numa visita a Salisbury, observou o que sucedeu ao embaixador russo e a mais outros. Receava que as intervenções das grandes potências indispussem o ministro inglês, que lhe parecia conciliador. Contudo, encontrou-o pouco receptivo e irritado com o comportamento «destes pobres portugueses», que, segundo ele, «não sabem o que querem». Como se sabe, as coisas acabaram por se compor. A 11 de Novembro, Waddington, de regresso a Londres, resumia o discurso tradicional feito por Salisbury perante o *lord mayor*. Ele falou muito de Portugal, sem dúvida, porque ele queria «responder à preocupação com que a Europa envolve o governo de Lisboa». O embaixador considerou que ele se exprimiu com toda a deferência possível. «Ele revela o desejo manifesto de pôr fim (mas com que meios?) a um conflito que preocupa toda a gente.»

Havia claramente, desta vez, uma pressão internacional. Uma carta de Viena (transmitida a 24 de Novembro por Ribot a Waddington) mostra que a Áustria estava particularmente activa. Estava mesmo disposta a continuar a oferecer os seus bons ofícios aos dois governos. Salisbury teria ficado sensibilizado com estas diligências, pois existia uma tradição *tory* de boas relações com a Áustria.

A sua atitude contrastava claramente com a de Berlim, cuja passividade era notória. Apenas a da Espanha a igualava. Cambon escrevia a 20 de Maio: «Os Espanhóis vêm com desagrado a Europa solidarizar-se com os Portugueses, e isto é mais uma razão para eles detestarem os seus vizinhos.»

Se se considerar, o que nos parece razoável, que o *modus vivendi*, pelo seu próprio princípio, é uma concessão inglesa, podemos pensar que a pressão das grandes potências foi eficaz. A não ser que se admita que a moderação de Salisbury, tão frequentemente exaltada, se tenha manifestado nesta ocasião, apesar da opinião pública inglesa. Mas a primeira justificação não servirá para explicar a segunda?

Durante os meses que se seguiram até ao acordo, concluído a 20 de Maio de 1891 e que seria apenas assinado após o voto das cortes a 7 de Junho, as negociações não foram fáceis. Foi mesmo necessário prolongar por um mês o período do *modus vivendi*. Em África verificaram-se muitos incidentes, opondo forças inglesas (ou da companhia sul-africana) a forças portuguesas. A 11 de Fevereiro Waddington julgava a situação preocupante. A 31 de Março constatava que as discussões se arrastavam e que a opinião pública se inflamava. A 23 de Abril receava que Salisbury não estivesse à altura de «observar para com este país os cuidados que comporta a situação do rei Carlos». As notícias de Lisboa mostravam, efectivamente, que a situação em África, onde pairava a ameaça da eclosão de operações militares, era grave. O gabinete de Lisboa solicitava às potências uma intervenção em Londres. Um telegrama de Ribot de 4 de Maio convidava Waddington a agir, se os outros governos concordassem. A 11 de Maio este respondia que, efectivamente, abordara o assunto com Salisbury. Era do seu conhecimento que o embaixador russo já interviera e que o da Áustria recebera, como se viu, dois ou três meses antes, instruções nesse sentido. É de notar que o prolongamento do *modus vivendi* era assinado a 15 de Maio e que a conclusão das negociações seria anunciada alguns dias mais tarde. Podemos fazer comentários análogos aos apresentados em Novembro de 1890.

Abster-nos-emos de discutir a questão de saber se o tratado assinado era ou não favorável a Portugal. Os Portugueses certamente não pensaram que era. Mas os observadores neutros contentavam-se em comparar os tratados de Agosto de 1890 e de Junho de 1891. Bihourd (que, preocupado antes de tudo com a situação interna grave que o país atravessava, não acompanhou o fim das negociações) considerava que não havia diferença sensível, parecendo-lhe mesmo os recuos um pouco mais importantes do que os avanços. «Mas a opinião, dizia ele, já está cansada e vamos fingir estar satisfeitos.» (Carta de 2 de Junho.) Waddington observou a 12 de Junho que Salisbury pronunciou, em presença dos lordes, um discurso salientando a insignificância das diferenças. «Aproveitando a ocasião, ele quis responder ao interesse que a maior parte das grandes potências continentais manifestou oficialmente face à situação de Portugal.» Os seus comentários pessoais (de 16 de Junho, muito pormenorizados) eram no sentido do equilíbrio, considerando as vitórias portuguesas no Norte do Zambeze e a supressão de

cláusulas humilhantes. Dever-se-ia talvez dizer, vista a gravidade dos acontecimentos internos que o país conheceu desde Janeiro de 1891, que Portugal se saía bastante bem. Tinha-se falado muito de que a Inglaterra se queria apoderar de outros territórios portugueses, que não os postos em causa: a perda da baía de Lourenço Marques nunca fora aceite sem reticências.

O balanço do inquérito ao qual acabamos de proceder é, portanto, o seguinte: não houve acção internacional no momento do ultimato, mas ela existiu posteriormente por duas vezes: em Novembro de 1890 e em Maio de 1891. Nos dois casos, pode pensar-se que estas contribuíram para atenuar o rigor das posições inglesas.

No entanto, esta intervenção foi limitada. Antes de tudo, no seu alcance. Deve-se sublinhar, uma vez mais, a posição de recuo da Alemanha e da Espanha. As declarações feitas a Salisbury são extremamente prudentes e tímidas. Trata-se simplesmente de petições. Há um cuidado muito grande para não dizer algo que se possa parecer com uma ameaça.

E é aqui que se coloca a questão. Uma vez que se pretendia levar a Inglaterra a poupar Portugal, por que não ter ido mais longe? Ter-se-ia podido imaginar a entrega de notas diplomáticas e até mesmo de uma nota conjunta.

A resposta que se adivinha e que aparece claramente quando se lêem os documentos conservados nos arquivos provenientes dos países em causa é que Portugal representava pouca coisa face aos desafios que estavam em jogo no xadrez político internacional da época: a questão do Oriente; o futuro e a extensão da Tripla Aliança. Problemas mais graves existiam em África. O conflito anglo-português é apenas um episódio na partilha do continente, que se acelerou após o Congresso de Berlim (1885). Existem problemas menores: o que opõe o Estado do Congo aos seus vizinhos; entre a França e Portugal; entre a França e a Espanha (a propósito da Guiné). Mas os principais problemas atacam as grandes potências e dizem todos respeito à Inglaterra.

Convém referir em primeiro lugar os problemas decorrentes da expansão colonial alemã. Tratava-se antes de tudo da África oriental, o que interessava a Portugal. As negociações iniciadas terminariam num acordo assinado a 20 de Junho de 1890. Conhecido sobretudo pela troca da ilha (inglesa) de Heligoland pela de Zanzibar, o tratado também delimitava os territórios africanos dos dois países. Aconteceu que nessa altura a posição inglesa em relação a Portugal se encontrava reforçada. A Alemanha tinha prometido em 1886 não se opor à penetração portuguesa em direcção a oeste. Segundo o embaixador da França em Berlim, «o artigo 1.º do Tratado [...] será um duro golpe para as esperanças do governo de Lisboa». Com efeito, os Alemães reconheciam de facto a influência inglesa (carta de 19 de Junho). Segundo o embaixador inglês, «este acordo terá a vantagem de facilitar as negociações entre a Inglaterra e Portugal, que [...] deverá renunciar a uma resistência inútil» (25 de Junho). Poder-se-ia pensar que a partir de então a Alemanha poderia ter agido mais facilmente a favor de Portugal. Mas entre os dois países nem tudo está solucionado, nem mesmo na

África oriental. E existe sempre a grande ambição alemã de fazer entrar a Inglaterra, mais ou menos directamente, no sistema da Tripla Aliança.

A Inglaterra assinará com a França um compromisso a 5 de Agosto. Este acordo tratava essencialmente dos problemas da África ocidental. E a França tirava partido de um tratado de 1867 para conseguir, em compensação do embargo inglês sobre Zanzibar, o reconhecimento da sua influência em Madagáscar. Mas também neste caso as relações em África não eram idílicas. Isto acabará, aliás, no *ultimatum* de Outubro de 1898, que provocará a evacuação de Fakoda. A comparação com o 11 de Janeiro de 1890 vem-nos à memória. Num aspecto os Franceses tinham-se comprometido de modo menos prudente do que os Portugueses. E a crise nacional que então estalou, apesar de séria, não teve tantas consequências. Acrescentemos que havia entre os dois países outros problemas: o Egipto, os direitos de pesca na Terra Nova. Eles só serão resolvidos em 1904. A França também não tinha interesse em agravar as suas relações com a Inglaterra.

Finalmente, a Itália não deve ser esquecida. Um vago protectorado fora estabelecido sobre a Etiópia em Maio de 1889. Em 1889 e 1890 os Italianos estabeleceram-se mais solidamente na Eritreia e na Somália. Mas os Ingleses vigiavam de muito perto. Acabaram por assinar em Março e Abril de 1891 um acordo que reconhecia esta situação, fixando os limites.

Tudo o que foi dito leva-nos a concluir: o enquadramento internacional não era favorável a Portugal em 1890-1891. As potências que estavam com problemas com a Inglaterra não tinham interesse em arranjar mais um problema, insistindo na defesa de Portugal. Isso foi particularmente sensível antes da assinatura dos tratados da Inglaterra com a França e a Alemanha. Sucede que foi exactamente o momento do ultimato. A Europa nada fará. Só mais tarde é que reagirá. Podemos, no entanto, notar, em contrapartida, que a Inglaterra não tinha interesse em ser muito dura para com Portugal. Tinha demasiados conflitos com os outros países. Negociou-se, e mesmo durante muito tempo, pois as negociações duraram ano e meio.

Mas era uma questão de paciência e não de hesitação. No fundo, as autoridades inglesas sempre mantiveram a sua posição. A opinião pública era exigente e os grupos de pressão muito activos. Conhece-se bem o papel das missões escocesas. Conhece-se sobretudo o papel dos interesses agrupados à volta de Cecil Rhodes. Permitimo-nos citar, sobre este assunto frequentemente evocado, uma carta de Waddington de 11 de Fevereiro de 1891: «Neste momento», diz ele, «todas as pessoas que podem solucionar o problema português estão reunidas em Londres: Salisbury, o governador do Cabo e o primeiro-ministro da colónia, Cecil Rhodes. Este quer impor a sua vontade aos Portugueses e ao Foreign Office. Tem grandes meios, graças a capitalistas influentes. E tem-nos mesmo na própria imprensa, que publicou violentos artigos quando Salisbury, no Outono de 1890, tentava seguir os conselhos da Europa. Tem amigos em todos os partidos, mesmo entre os Irlandeses, a quem dá dinheiro. Tem aristocratas bem colocados na direcção da sua companhia (entre os quais o genro do príncipe de Gales).»

Por outro lado, o sistema inglês proporcionava às colónias uma tal liberdade que o governo não podia impor a sua vontade nem invocar as suas obrigações internacionais. Salisbury não podia ceder. Esta vontade intransigente de Cecil Rhodes está expressa num curioso texto, o resumo da entrevista que ele tivera com um conselheiro da embaixada em 21 de Fevereiro: «Portugal nada conseguirá; quanto mais esperar, menos conseguirá. Aliás, não é possível um entendimento com os portugueses. Não obedecem a ninguém; não conhecem as leis. Nem sequer são verdadeiros portugueses, são mestiços, com estrangeiros de não se sabe donde. Somos mais numerosos e somos verdadeiros pioneiros. Nem Salisbury nem o Rei de Portugal farão recuar esta gente».

No ponto em que estamos podemos interrogar-nos por que é que houve, apesar de tudo, intervenções, mesmo tímidas, a favor de Portugal. A razão é clara. Ela é conhecida há muito e sistematicamente aparece nos documentos consultados. Era o receio de um derrube da monarquia portuguesa. Os soberanos preocupavam-se muito e diziam-se solidários com os Bragança. Tanto mais que se receava uma repercussão em Espanha. Se a Áustria tanto se evidenciava, era porque a regente era uma Habsburgo. Isto leva a examinar como é que a evolução interna do país, mais precisamente do movimento republicano, foi sentida nos relatórios dos diplomatas franceses.

Antes de pormos em relevo alguns pontos que nos parece merecerem a atenção examinaremos que informações são dadas pelos representantes da França e, sobretudo, que impressões transmitem acerca do movimento republicano antes do 31 de Janeiro de 1891.

O primeiro pormenor que surpreende é a importância dada à repercussão da revolução brasileira de Novembro de 1889. Em todas as chancelarias esta revolução suscitou preocupação quanto ao futuro das monarquias da península. Basílio Teles, no final da sua exposição sobre Portugal de antes do ultimato, escreve, lamentando um pouco, que seria injusto esquecer o efeito que essa revolução teve sobre a opinião, efeito esse tanto mais vivo quanto aquela fora inesperada. Foi o que disse exactamente Billot na sua carta datada de 23 de Novembro. Ele insistiu muito no receio que havia das consequências económicas que poderiam advir para Portugal. Do ponto de vista político, pensava que a monarquia carecia de apoios, quer da administração, quer da nobreza, quer do exército. Todavia, ela beneficiava com a ausência de consistência e de organização do partido republicano e da carência de um chefe capaz de arrastar alguns regimentos, como Saldanha em 1870. Era uma opinião que seria frequentemente expressa em todas as capitais. A mais séria preocupação era o receio de manobras dos republicanos espanhóis. E a correspondência de Madrid de Paul Cambon mostrava que tinha havido em Espanha bastantes preocupações. Em 21 de Novembro ele escrevia que a revolução brasileira tinha «surpreendido medianamente» os que se interessavam por este país. Um artigo da imprensa tinha-a previsto, aliás, alguns meses antes. As informações e os comentários de Cambon eram bastante consistentes e levam a crer que se estava mais

preocupado em Madrid do que em Lisboa. «Os homens mais sensatos», escreveu ele, «dizem que mais cedo ou mais tarde haverá repercussões em Portugal. E eles dizem os motivos: o Rei não tem autoridade; o exército não tem coesão, nem disciplina, e a propaganda republicana aí penetra constantemente. Uma última razão, na nossa opinião pouco usual, é invocada: as fortunas portuguesas foram feitas no Brasil; as pessoas activas e influentes continuam a ter relações de negócios com este país e seguir-se-ão as ideias. Finalmente, receia-se que uma revolução militar em Portugal tenha consequências em Espanha.»

Com o ultimato começava uma agitação, em grande parte republicana, que é demasiado conhecida para que falemos muito dela. Notaremos que, segundo Billot (11 de Novembro), foi necessário esperar cerca de um mês para que o movimento se tornasse perigoso para o regime. «Uma linguagem optimista já não tem actualmente razão de ser.» A febre «propaga-se e desespera» e o rei é tido por responsável. Em Março Billot constatava que não era sem razão que o governo português invocava o perigo interno no seu apelo às potências. Porém, em finais de Abril a agitação parecia ter-se acalmado. A 3 de Maio o encarregado de negócios, relatando as manifestações socialistas do dia 1, notava que não eram por forma alguma republicanas. Hintze Ribeiro tinha razão em pretender que o partido socialista se formara à custa do partido republicano.

O tratado de 20 de Agosto e a crise ministerial provocaram «uma larga agitação que ultrapassa a desencadeada pelos acontecimentos de Janeiro» (Bihourd, 23 de Setembro). Houve violências desconhecidas até esse momento. A habitual indolência desapareceu. A polícia já não era respeitada e, desencorajada, ameaçava fraquejar. «O exército inspirou inquietações.» Uma vez mais era feita a mesma observação: a monarquia era salva pela ausência de um chefe capaz de dirigir o movimento. Pensar-se-ia que Bihourd viu ocorrer o 31 de Janeiro! Mas não era o caso. A 19 de Outubro escreveu que a ordem reinava finalmente e que os republicanos tinham mostrado a sua fraqueza. A 27 de Novembro, comentando a chegada de voluntários vindos do Brasil perante a indiferença geral, ele considerou que durante esta longa crise se afirmou muito patriotismo, mas pouca vontade de acção. Falar-se-ia, actualmente, em «fogo de vista». Para ele, no fundo, deixava de haver perigo. A 3 de Dezembro ele insistia na real fraqueza do jovem partido republicano, o qual, por circunstâncias provisórias, se fizera passar por ameaçador. Não era surpreendente que as notícias de um perigo interno fossem inexistentes até 31 de Janeiro. Vale a pena referir que em Londres e em Berlim os representantes da França, que se interessavam pelas negociações anglo-portuguesas, nem sequer falavam na política interna. O 31 de Janeiro em si não suscitou eco algum nas correspondências, o que prova que não foi mais comentado. O que mais surpreende é que o mesmo aconteceu em Madrid. Na altura dos acontecimentos de Setembro houve comentários. Mas nada mais até 9 de Fevereiro de 1891. Nessa altura Cambon teve uma entrevista com Canovas, que lhe falou muito a respeito do que se passou no Porto. As declarações foram muito pouco favoráveis ao rei D. Carlos, declarado incapaz. O ministro espanhol contou mesmo que, tendo visto a condessa de Paris (mãe da rainha D. Amélia)

no mês anterior em Madrid, esta, interrogada sobre o futuro da monarquia portuguesa, respondera-lhe que o regime assentava apenas na apatia da nação e estava à mercê de um chefe enérgico. Era opinião corrente, viu-se já, mas raramente expressa na altura. E o que se dizia do insucesso da revolta militar de 31 de Janeiro (teria resultado da falta de militares de alta patente) provou que estava longe de ser falsa ...

Chegámos agora ao primeiro ponto sobre o qual queremos chamar a atenção: a atitude da França. O facto capital é que numa Europa monárquica era o único país republicano. Portanto, seria de esperar vê-la apoiar os adversários do regime. A acusação foi algumas vezes levantada. A 11 de Junho de 1891 o embaixador em Berlim notou que a imprensa alemã, constatando os progressos do ideal republicano na Península Ibérica e na Itália, punha em dúvida se isso não resultava de manejos franceses... Alguns jornais conservadores pensavam mesmo terem notado que no orçamento dos negócios estrangeiros franceses existiam 700 milhões para despesas secretas destinadas à propaganda republicana nos países latinos. Mas, no geral, acreditava-se muito pouco nisso. Um artigo de um jornal «semioficioso» (*La Post*) declarava que isso não era verosímil; o governo francês era demasiado moderado. Aliás, não tinha interesse em favorecer a eclosão de repúblicas na Europa meridional, pois isso descontentaria a Rússia, de quem procurava os favores. A notícia, transmitida em Lisboa, é preciso dizê-lo, não foi levada a sério.

Já sabemos que este segundo ponto de vista é o correcto. Mais uma prova: a 26 de Outubro de 1890 o ministro dos Negócios Estrangeiros, após ter sido solicitado pelo ministro português para intervir no sentido de que fosse assinado um acordo provisório com a Inglaterra, telegrafou para Berlim para conhecer a posição alemã. E ele refere o que respondeu a este pedido: «Aceitamos de boa vontade associar-nos a uma diligência comum, pois desejamos contribuir [...] para a continuação da tranquilidade pública na Península.» Estamos longe de uma certa ideia da França que muitos republicanos portugueses imaginavam. Latino Coelho viu nas invasões francesas do começo do século o avanço da liberdade. Basílio Teles escreveu em *O Ultimatum* (pp. 234-235) que a vocação histórica da França é a concretização, de um modo democrático, do velho sonho de Carlos Magno e de Napoleão, do Império do Ocidente. Guerra Junqueiro, no *Caçador Simão*, querendo alertar para a queda da monarquia, exclamou «tocam os clarins de guerra *A Marselhesa*». O 14 de Julho era, aliás, comemorado regularmente em Lisboa.

Esta insensibilidade, esta falta de interesse, este receio mesmo que o movimento republicano português suscitava em Paris, têm várias explicações.

A primeira considera as diferenças ideológicas. A maioria republicana francesa (viu-se claramente em Berlim) era moderada. Um dos sinais mais característicos do seu comportamento era o desinteresse pelo anticlericalismo. Falava-se de «espírito novo», e isto no momento em que a igreja romana renunciava a opor-se à república. Foi em Novembro de 1890 que o cardeal Lavigerie pronunciou em Argel a célebre alocação que marcava a evolução do papado. Os adversários

de Jules Ferry e dos seus sucessores eram os radicais, e os republicanos espanhóis e portugueses passavam por radicais, mesmo por anarquistas, incapazes de fazer política a sério. O modo como Paul Cambon falou deles em Madrid era significativo. Ora Cambon estava próximo de Jules Ferry. Observando o manifesto de 11 de Janeiro de 1891 do partido republicano português, constata-se um certo número de reminiscências dos programas radicais franceses dos finais do Segundo Império até 1880: descentralização; importância dada às possibilidades de revisão constitucional; supressão do serviço militar; responsabilidade pessoal dos funcionários; ensino laico; reformas sociais, nomeadamente a favor do operariado. Esta semelhança não impedirá o jornal de Georges Clemenceau e de Camille Pelletan (*La Justice*) de manifestar muita indiferença na altura do 31 de Janeiro. Não foi feito nenhum comentário. Simplesmente, pequenos artigos, reproduzidos integralmente, mesmo quando continham passagens hostis aos revoltados. Uma comparação com *Le Temps* é esclarecedora. Não há nenhuma diferença entre os dois jornais. É a Itália que está no primeiro plano da actualidade. Podemos interrograr-nos se a moderação dos republicanos franceses não contribuiu para ajudar a propaganda dos republicanos portugueses. Estes talvez o tivessem sentido. Basílio Teles (p. 229) exprimiu-o e um pormenor sobressai: o programa do 11 de Janeiro de 1891 não refere a separação da Igreja com o Estado, tema tradicional do radicalismo francês.

Resta o que é no fundo, na nossa opinião, o principal. O 31 de Janeiro caracterizava um aspecto do republicanismo ibérico que os republicanos franceses, mesmo radicais, não podiam admitir: o hábito do pronunciamento como método de tomada do poder. Antes da revolta do Porto convém não esquecer que houve em Espanha várias tentativas deste tipo ... Apesar de Basílio Teles dizer que era «um mandato tacitamente delegado pelo povo», para a esquerda francesa isso evocava irresistivelmente o golpe de estado de 2 de Dezembro de 1851, que marcou uma ruptura com o exército. Mais importante ainda, a França acabava de sair da crise boulangista; e o boulangismo era um avatar do populismo militar que fez tremer a república. Doravante, como dizia Barres, o «apelo ao soldado» caracterizava a extrema-direita nacionalista. Notemos, de passagem, que, contrariamente ao que se passava em Portugal, a extrema-esquerda era hostil à política colonial. Havia, decididamente, muitas razões políticas para que o republicanismo português não suscitasse muitas simpatias em França, até nos meios mais vanguardistas. Parece-nos que o *ultimatum* provocara muito mais emoção no conjunto da opinião dos outros países.

Uma segunda explicação da atitude francesa pode ser explicada: a existência de numerosos conflitos entre os dois países, que comprometiam o seu bom relacionamento. Permitimo-nos referir sobre este assunto um artigo publicado em 1987 («As relações franco-portuguesas nos finais do século XIX»). Alguns desses conflitos decorriam de rivalidades coloniais, mas os principais eram devidos ao importante lugar, essencial, que a França conquistara na vida económica portuguesa, mais precisamente no domínio das finanças (empréstimos externos) e no das obras públicas (caminhos de ferro, construção de portos). A partir de

1890, a grave crise financeira que Portugal atravessava fez com que as negociações entre os dois países (o governo francês defendia os credores nacionais) corresse bastante mal. A propósito de caminhos de ferro e do porto de Lisboa, esteve-se à beira da ruptura diplomática em Fevereiro de 1894. Era, pois, compreensível que, nestas condições, o futuro do movimento republicano (como o ultimato) deixasse indiferente o governo francês. No entanto, ele poderia pensar que nada tinha a ganhar com uma subversão, que só atrasaria soluções bastante difíceis de resolver. O advento da república não obrigaria a França a uma indulgência pouco vantajosa ?

Insistiremos apenas num dos aspectos deste conjunto de complicações, porque é muito importante para o Norte de Portugal, o das relações comerciais. Estas eram regulamentadas por um tratado assinado em 1890. Até 1890 tudo se passava bastante bem, pois a França, na falta de vinho devido à filoxera, importou grandes quantidades de Portugal. Ora, no final de 1880 a situação inverteu-se, uma vez que a França podia de novo cobrir as suas necessidades. Por outro lado, na mesma altura a vaga proteccionista chegou a França (e a Portugal). Chegando ao seu termo, o tratado de 1881 deveria ser renovado. O que é que aconteceu, portanto?

Em 28 de Novembro de 1890 o vice-cônsul no Porto, numa carta muito documentada, fazia o ponto da situação. Ao mesmo tempo que assinalava que a crise com a Inglaterra ocupava, antes de tudo, os espíritos, constatava que existia com a França uma grande tensão devido às notícias que circulavam relativamente à nova tarifa francesa. Quatro quintos das exportações do Porto eram representadas pelo vinho. A França era um importante comprador. Mas em 1889 as quantidades que ela importou baixaram para dois terços em relação a 1888. E seria difícil aumentá-las, tanto mais que a tarifa mínima prevista acrescia aos direitos de 200%. Não eram, pois, de esperar concessões portuguesas nas negociações comerciais. A França era alvo certo da campanha proteccionista, porque o tratado de 1881 serviu de base à atribuição aos outros países da cláusula da nação mais favorecida. É conveniente notar que os industriais do Norte não pretendiam que a entrada de produtos franceses fosse facilitada. Entre os produtos franceses havia bastantes têxteis, se bem que a França vendesse sobretudo produtos de qualidade, por conseguinte caros. Concluindo, o vice-cônsul pretendia uma quebra do papel comercial da França a favor da Alemanha. Já em 1891, segundo o relatório do cônsul no Porto de 1892, a Alemanha representava 17% das importações, contra 12% para a França e 30% para a Inglaterra. Pormenor interessante: as percentagens dos três países no transporte marítimo das mercadorias importadas eram diferentes: 57% para a Inglaterra, 21% para a Alemanha e apenas 4,9% para a França. Finalmente, haverá, em seguida, tentativas de negociações, mas que não serão levadas a bom termo. Aliás, os Franceses estavam muito descontentes. Um relatório da câmara do comércio de exportação, datado de 13 de Abril de 1892, acusava Portugal de ter adoptado uma tarifa monstruosa que atingia particularmente as importações francesas. Portugal era claramente acusado de ter esquecido tudo o que devia financeiramente à França e de ter utilizado a poupança francesa para comprar noutros países. Como se

vê, os anos de crise, externa e interna, tinham o efeito claro de afastar os dois países um do outro.

Na nossa opinião, o segundo aspecto que merece ser examinado é o do iberismo.

Este aspecto foi muito comentado na altura. Os republicanos portugueses foram acusados, frequentemente, de desejarem a união ibérica e de terem sido ajudados, manipulados mesmo, pelos seus correligionários espanhóis. É verdade que o iberismo é uma antiga tendência do movimento. Mas o fracasso da república espanhola tinha atenuado consideravelmente o vigor, sem o suprimir no entanto. Há uma passagem em Basílio Teles, no princípio, que denuncia o «erro secular» que desvia sistematicamente Portugal do seu país vizinho. Mais adiante, contestando a possibilidade de uma intervenção espanhola contra um Portugal já republicano, justifica-se evocando a atitude fraterna dos republicanos espanhóis, que, escreve ele, conhecem «as ideias de uma parte dos republicanos portugueses relativamente a uma aproximação com a Espanha, baseada na necessidade de uma defesa comum contra o inimigo secular das duas nações peninsulares». Quanto a João Chagas, este contesta absolutamente na sua *História da Revolta do Porto* a posição secundária ibérica que os seus adversários denunciaram. Porém, recordando a celebração, espontaneamente muito solene, da festa nacional de 1 de Dezembro de 1890, refere um artigo de *A República Portuguesa*, cujo tom ibérico é incontestável: «Em presença de um grande perigo, a tendência do povo português é a de se aliar com o povo espanhol, a Espanha, nação que há pouco tempo ainda lhe concedia um lugar no coração.»

As observações feitas a este respeito pelos diplomatas franceses em Lisboa e Madrid não são desprovidas de interesse. As declarações de Barros Gomes ao longo de uma entrevista com o ministro Billot eram mais de sentido negativo (correspondência de 5 de Dezembro de 1889). Num artigo do *Matin*, publicado em 30 de Novembro, era anunciada uma forte agitação republicana em Portugal após os acontecimentos do Brasil. Afirmava que se preparava uma «república federal ibérica». Barros Gomes acusava o seu autor (um português irritado!) e considerava que a verdade era bem diferente. Os republicanos estavam fracos, até no Porto. Poucos eram os que sonhavam com uma união ibérica. Não ousavam falar abertamente, a tal ponto a opinião era hostil. Também garantia, o que torna duvidosas as suas palavras, que o exército estava intacto. Acrescenta, no entanto, uma precisão. Magalhães Lima elogiou em Madrid a união e solicitou a organização de um congresso para a preparar. A emoção foi tal que ele se viu forçado a capitular. Na sua opinião, aliás contrariamente a certos rumores, não existiam complôs republicanos espanhóis em Portugal. As mesmas notícias continuavam, porém, a circular no decurso do mês, suscitando diligências do governo de Madrid, que parecia muito mais preocupado do que o de Lisboa (correspondência de 14). É conveniente salientar que toda esta agitação correspondia às consequências da revolução brasileira.

No momento do ultimato seria, sem dúvida, um exagero ver, durante as manifestações que aclamavam a Espanha, iberistas convictos. Aclamavam mais

ainda a França e não esqueciam a Alemanha (carta de 14 de Janeiro de 1890). O que surpreendia era o desenvolvimento de uma propaganda na qual o iberismo estava presente como o prólogo de uma federação de povos latinos. Em 1 de Fevereiro o representante da França em Lisboa notava que a opinião continuava a mostrar-se favorável a uma aproximação com a Espanha, sendo alguns mesmo por uma união muito íntima, nomeadamente no plano militar. Mas os republicanos, que tinham ganho importância desde a morte de D. Luís e a revolução brasileira, iriam ainda mais longe. A sua imprensa falava de uma aliança política e económica dos povos latinos. Latino Coelho, «o homem mais importante do partido», recusou aceitar a união ibérica, mas fez votos para uma confederação das repúblicas peninsulares, que anunciaria a federação latina. Referimos, sobre a ideia de latinidade, que conheceu alguns sucessos neste final do século, os trabalhos dos especialistas mencionados mais acima. Em 11 de Fevereiro Billot, chamando a atenção para o agravamento brutal da situação interna, referia cabeçalhos de jornais que o surpreendiam: *A Pátria*, *A Democracia* e *A República Latina*. Em 14 de Julho o banquete que comemorou a tomada da Bastilha celebrou também «a solidariedade que deve unir as nações de raça latina». Falar-se-ia menos disso seguidamente. O novo ministro de França, Bihourd, que assinalou a 7 de Outubro (recordemos a crise política) a preocupação dos meios dirigentes face à atitude da Espanha e a propaganda de Magalhães Lima no estrangeiro, voltou a falar no assunto em 3 de Dezembro. «Os republicanos estão», diz ele, «mais fracos, finalmente, do que se poderia pensar.» Para progredirem eles centraram a sua propaganda na ideia da aliança latina, cujo início seria uma federação ibérica. Em 1 de Dezembro eles quiseram manifestar-se a seu favor (v. o artigo atrás citado na *República Portuguesa*), mas não encontraram eco. Bihourd não acreditava no futuro deles.

Conhecem-se os rumores que correram na altura do 31 de Janeiro: Alves da Veiga e Magalhães Lima ter-se-iam encontrado em Paris com Zorilla, chefe dos republicanos espanhóis mais salientes. Evocando uma entrevista entre Alves da Veiga e o ministro do Interior Constans, a França foi mesmo posta em causa. Bihourd, depois de ter consultado o seu colega espanhol, não acreditou nisso (correspondência de 3 e 6 de Fevereiro). E as informações que permitiriam admitir um avanço real do iberismo eram totalmente inexistentes. Elas continuaram a não existir mesmo depois. Só muito mais tarde, em Junho-Julho de 1893, encontraremos uma referência real ao problema. Bihourd anunciava (a 28 de Junho) que os chefes republicanos espanhóis e portugueses se encontraram em Badajoz. No momento dos brindes usuais foi feita alusão a uma federação ibérica. Isso provocou debates parlamentares (correspondência de 15 de Julho). O único deputado republicano, Jacinto Nunes, teve muito que fazer. Ele declarou, aliás, que era a favor da independência de Portugal; mas ele reivindicava o direito de discutir com os seus amigos espanhóis a queda da monarquia. Um mês mais tarde, falando de uma entrevista bastante surpreendente que tivera com Serpa Pinto (14 de Agosto), Bihourd contava que este lhe fizera declarações pessimistas, às quais, aliás, não deu muita importância: os partidários da federação ibérica

faziam rápidos progressos; muitos portugueses, a que um vasto estado abriria boas perspectivas, mesmo muitos oficiais, eram já sensíveis a esta ideia.

A impressão que se tira deste inquérito é que o iberismo permanecia uma corrente constante da vida política portuguesa. Manifestava-se mais ou menos, mas em maior quantidade, quando a crise nacional era mais intensa. Tomava, aliás, um novo carácter, pois tendia a alargar a federação ibérica, ao ponto de fazer dela uma federação de povos latinos. Não é por acaso que o nome de Magalhães Lima, apóstolo do federalismo, é tão frequentemente citado.

Visto de Madrid, o movimento iberista adoptou um carácter bastante diferente. A correspondência de Paul Cambon raramente falava das reacções da opinião sobre a matéria. Assinalava, porém, as intenções atribuídas aos republicanos espanhóis de agirem em conjunto com os portugueses. Sabemos que a revolução brasileira provocou receio. Em 28 de Novembro de 1889 o embaixador, convencido de que nada se passaria em Espanha, acrescentava, todavia, que os republicanos espanhóis desejavam agitar Portugal. Diversos chefes teriam partido para Lisboa. O que é desmentido logo de seguida (8 de Dezembro) numa carta da qual constata que os jornais republicanos não encorajavam uma tal acção. Porém, observava, induzido pela imprensa, que a opinião pública tomava partido por Portugal contra a Inglaterra (8 de Dezembro).

Foi apenas no momento da crise de Setembro de 1890 que Cambon se prestou a um comentário mais sério. «A crise portuguesa», diz ele, «preocupa muito os espanhóis; todo o espanhol, no seu íntimo, considera os portugueses como seres inferiores [...] as desgraças de Portugal não são senão o castigo merecido pela obsessão e teimosia em não compreender o benefício da união ibérica.» (Correspondência de 24.) A imprensa exprimia-se com moderação; mas adivinhava-se que era isso que ela pensava. Apenas os órgãos mais vanguardistas simpatizavam com os agitadores de Lisboa e reproduziam as declarações desesperadas dos seus companheiros portugueses. O que era, sobretudo, uma maneira de fazerem autopropaganda! Mas encontraram pouco eco. Em 29 Cambon afirmava que os partidários de Zorilla organizaram um encontro de simpatia para com Portugal. Apenas conseguiram reunir cerca de 150 pessoas. O mesmo acontecera em Barcelona, onde Magalhães Lima se deslocara.

O 31 de Janeiro não pareceu ter despertado a atenção de Cambon. Falou apenas do assunto a 9 de Fevereiro, numa entrevista com a regente, a qual estava visivelmente preocupada. Aliás, ela estava convencida de que os republicanos espanhóis nada tinham a ver com o acontecimento.

Não houve nenhuma alusão ao movimento iberista antes dos finais de 1891. Cambon menosprezou certamente os republicanos espanhóis. Porém, falou regularmente deles, e é difícil acreditar que tivesse negligenciado este aspecto da sua propaganda se isso fosse importante. Mas o iberismo, no sentido lato, existia em Espanha a nível do governo, sob a forma de relações de estado para estado com Portugal. No dia seguinte ao ultimato Cambon assinalou um esforço nesse sentido. A imprensa desejava uma união alfandegária, prelúdio de uma união mais íntima, e num debate no parlamento um deputado manifestara a sua

simpatia pelo povo irmão e reclamara uma aproximação política. O chefe do governo explicou-se perante os jornalistas. Afirmou que não queria perder a oportunidade de uma união frutuosa. Em Lisboa houve discussões acerca de uma convenção comercial. Elas não foram concretizadas devido aos Portugueses. Eles recusaram uma reivindicação essencial, a de permitirem a entrada de gado espanhol. Recusaram a assimilação dos títulos académicos com o receio de serem invadidos por advogados e médicos espanhóis. Recusaram, finalmente, um código penal comum, porque, diziam eles, o código espanhol mantinha a pena de morte, que era demasiado bárbara. Em resumo, o esboço de uma união ibérica acabava de ser delineado sem sucesso (correspondência de 7 de Fevereiro de 1890).

Nas suas declarações no parlamento o ministro desmentira vigorosamente qualquer intenção de intervir em Portugal a favor da monarquia. É surpreendente saber que em Setembro de 1891 isso era falso. Canovas explicou longamente a sua política numa entrevista concedida em San Sebastian a um redactor do *Imparcial*. Falou longamente de Portugal: «A nossa intervenção nesse país é uma falsidade neste momento. A situação, nomeadamente a económica, está a melhorar. Mas, se ela piorar, se for proclamada a república «anarquista», a Espanha poderá e deverá mesmo intervir.» O próprio Cambon ficou surpreendido. Ele supôs que, provavelmente, houve um pedido da rainha-mãe, Maria Pia, mas gostaria de saber o que se pensava nas chancelarias. Uma carta de 26 de Outubro confirmou que houve rumores acerca de um acordo sobre este assunto com a Inglaterra. O general Martinez Campos expôs o plano de campanha que deveria ser seguido. Mas o redactor da carta (o conselheiro Belle) pensava que não eram mais do que palavras e que nunca houvera preparativos militares. Um mês mais tarde Canovas abandonará o poder. O episódio ainda hoje permanece estranho.

Vê-se, pois, qual a diferença entre o iberismo espanhol e o iberismo português. Houve sempre da parte dos políticos espanhóis uma nostalgia da união, que seria um protectorado de facto, provavelmente. Quando Portugal se encontra em dificuldades, isto torna a aparecer. Em Portugal nada há de semelhante, excepto talvez em Novembro de 1892. A viagem de D. Carlos e da rainha D. Amélia a Espanha foi testemunho de uma certa preocupação ibérica. No entanto, no conjunto, os governos portugueses desconfiavam da Espanha, e o sentimento popular, apesar das tentativas republicanas, mesmo federalistas, era muito mais hostil ao iberismo do que em Espanha, onde, sem dúvida, se falava disso muito menos.

Terminaremos o nosso estudo examinando o que foi dito nas chancelarias das consequências da revolta do Porto. Na tradição republicana, o 31 de Janeiro marca um passo para a frente nas ideias e na força do partido. Para exaltar o acontecimento chega-se a subestimar a sua influência anterior. Parece esquecer-se a participação que teve na rejeição do tratado de 1879 com a Inglaterra, nas manifestações aquando das comemorações de Camões e do marquês de Pombal e, por fim, na altura do ultimato.

As informações recolhidas são raras e provêm quase exclusivamente da legação da França em Lisboa. A Espanha fornece apenas duas breves indicações, aliás já referidas (declarações da regente a 7 de Fevereiro de 1891 e de Canovas em Setembro do mesmo ano). Os representantes da França em Londres e em Berlim apenas se interessam pelas negociações anglo-portuguesas. A correspondência de Bihourd fornece, em contrapartida, algumas indicações dignas de interesse, tanto mais que podem ser completadas com correspondência particular endereçada ao ministro Ribot (que era seu amigo) e que está guardada nos arquivos do Quai d'Orsay.

A primeira reacção, logo após o 1 de Fevereiro, foi de surpresa emocional, manifestando-se inquietação. A prova não foi temível. No Porto, onde os republicanos eram fortes, houve um «vazio popular» e os combates duraram pouco tempo. O ministro francês pensava que, estando os perigos desmascarados, a repressão seria doravante mais fácil e mais firme, nomeadamente no seio do exército. No entanto, numa carta particular a Ribot (22 de Fevereiro), as suas previsões quanto ao futuro da monarquia eram muito sombrias. Os republicanos, impetuosos, não ficaram desencorajados. Os monárquicos estavam desunidos. O tratado com a Inglaterra não podia ser benéfico e iria complicar a situação. A população estava indiferente, e tudo dependia do exército. O rei, que não tinha muita autoridade, pretendia estar a par da situação. Conseguiria ele retomar o controle da situação?

Alguns meses mais tarde (17 de Novembro) Bihourd parecia um pouco tranquilizado, pelo menos quanto à atitude de D. Carlos. Numa audiência prolongada ele pareceu confiante. As eleições municipais de Lisboa pareceram tê-lo tranquilizado e dava provas de muita determinação. «Não sou mais tolo do que qualquer outro», diz-me simplesmente o rei; «saberei utilizar a habilidade, a astúcia e, se for necessário, a força.» Ele referiu a opinião de Disraeli, para quem «o homem incapaz de se erguer acima de todos os escrúpulos deveria renunciar à política». A conclusão de Bihourd é a seguinte: «O Rei, que até ao presente momento mostrava nas suas conversas muitas reservas e mesmo timidez, parece querer tomar parte de modo mais activo nos assuntos públicos, fazer sentir a sua vontade e não aparecer mais, pelo menos a meus olhos, como uma personagem decorativa.» Numa carta particular a Ribot (22 de Novembro), Bihourd confirma este último aspecto: «Fiquei [...] absolutamente surpreendido com a mudança! Falou vinte minutos, deixando-se das banalidades habituais, fazendo o papel de um soberano activo, sensato, senhor do futuro.» Contudo, não ficou muito impressionado. O rei, diria ele, tomara-se de maneira demasiado ingénua por Maquiavel ou Disraeli e continuava sem ver bem a realidade portuguesa. O partido republicano continuava a existir, como o demonstra o voto dos bairros comerciais de Lisboa.

Pouco tempo depois desta entrevista o rei efectuava uma viagem ao Norte do país. Bihourd refere-se a isso em 2 de Dezembro. Ele não tinha ilusões acerca das aclamações de que beneficiou o soberano. Sublinhara, em particular, a hostilidade da juventude universitária, mas considerou que a viagem conheceu

um certo sucesso e que tinha reforçado as novas tendências do soberano. «Parece-me que, no contacto prolongado com as populações nortenhas, o Rei viu a sua autoridade crescer; ele tomou mais claramente consciência do papel que a constituição lhe estabeleceu. Talvez até se tenha deixado seduzir pelas aparências de popularidade e traga desta viagem ao Norte uma maior confiança nos seus recursos pessoais.»

Estas observações davam a impressão de um reforço da monarquia, se bem que Bihourd não fosse tão explícito. Ele via, sim, uma situação sem grandes modificações. Quase dois anos mais tarde, apresentando a troca de impressões que tivera com Serpa Pinto, este exprimiu uma opinião análoga: «O destino da monarquia em Portugal é demasiado inseguro, a indiferença popular presta-se demasiado bem às surpresas.» (14 de Agosto de 1893.) Não se podem, pois, negligenciar as informações sobre o futuro desta personagem. Vimos que Bihourd não o acompanhou quando ele falava dos progressos do iberismo. Em contrapartida, concordou com ele quando afirmava que um movimento como o de Janeiro de 1891, «preparado e conduzido por um chefe inteligente», teria todas as probabilidades de triunfar, pois os republicanos estavam encorajados com a agitação decorrente em Espanha. Ele pretendia mesmo que os ministros davam provas de fraqueza, porque não se queriam comprometer. Eles procuravam preservar o futuro em caso de mudança de regime. Ele não acredita nem no prestígio nem na autoridade de D. Carlos. Estas declarações, bastante surpreendentes, observou Bihourd, eram as de um homem que entendeu ter sido mal pago pelos seus serviços e que se afastara da corte e do exército. Talvez o tentasse um cargo político. Teria podido, afirmou ele, tomar conta do país no momento do ultimato, mas não estava implicado na revolta do Porto (como corriam rumores). Não poderia ter sido ele o homem de envergadura que faltara até aí? Ao ler-se a exposição, supõe-se que ele acreditava nisso, mas que não estava decidido a dar esse passo.

Que concluir destes comentários, não obstante serem de carácter muito subjectivo? Que, em todo o caso, a influência do partido republicano não pareceu ter progredido a seguir ao 31 de Janeiro. É possível que durante um período mais ou menos longo tivesse até conhecido um recuo. Podemos admiti-lo, sem que haja provas formais disso. Mas isto não foi duradouro e a situação preexistente voltou a reinstalar-se. A prazo mais longo ela melhoraria a favor dos republicanos. Talvez para compreender a sua razão se deva invocar a transformação da personalidade do rei, que Bihourd sublinha. D. Carlos comprometeu a monarquia porque desde a revolta do Porto deixou-se influenciar pelo exercício pessoal do poder. Assistir-se-ia a um verdadeiro paradoxo. O 31 de Janeiro, efectivamente, preparou a república, não pela repercussão que teve nos espíritos, mas antes pela viragem perigosa que teria determinado na evolução da monarquia. Em todo o caso, uma bela hipótese!

Para concluir este estudo insistiremos na importância que oferece a consulta dos documentos redigidos pelos diplomatas. Eles são frequentemente

acompanhados de anexos a não negligenciar, tais como os artigos da imprensa, exposições, debates parlamentares, estatísticas, cujo conhecimento pode ser feito em condições convenientes. Eles permitem a possibilidade de entrada nos bastidores das negociações entre os Estados, e isso não surpreende. Mas o valor das informações que eles proporcionam sobre a política interna é muitas vezes subestimado. No que toca aos movimentos de opinião, quando se trata de uma época sobre a qual não se dispõe de métodos de investigação ditos científicos (com excepção dos estudos da imprensa ... quando ela é livre), procede-se muito mal por se não ter em conta o que foi escrito pelos observadores, que têm, sem dúvida, preferências, mas cujo papel é o de transmitirem informações tão sérias quanto possível. É do seu interesse desempenhar essas funções correctamente; os seus erros de apreciação revelar-se-ão no futuro. Mas é conveniente, neste caso, que os erros sejam cometidos de boa fé.